

### **Aldeia da Luz, uma aldeia em ‘mudança’ – a aldeia imaginada**

Esta pesquisa centra-se num contexto de ‘mudança’ sócio-espacial, a propósito da transferência da aldeia da Luz, no concelho de Mourão, decorrente da construção da barragem de Alqueva. A população da Luz viveu, sobretudo na última década, perante a irreversibilidade e inevitabilidade de um processo, a sensação de perda de um passado que, de futuro, se existir, só existirá sob a representação de memórias. Nos últimos anos os residentes viveram num clima de tensão. De um lado, estão os elementos do espaço (as construções arquitectónicas e urbanísticas) e do outro, a população residente. O processo social pelo qual a população da Luz passou constituiu um processo complexo, abrangendo múltiplas dimensões e dinâmicas sociais. Este processo, assumiu-se de particular importância, tendo ganho algum protagonismo e ebulição, a partir do momento em que a população residente da Luz começou a ser confrontada com a construção da *Nova Luz*. Tratando-se de espaços habitados, este protagonismo deu-se como uma consequência da aldeia possuir determinadas configurações sócio-culturais que se tornava necessário conhecer, ou seja, caracterizar quem e como habita os espaços. Isto significa que a dimensão espacial só pode ser apreendida na intimidade dos sistemas e das estruturas social, dos dispositivos simbólicos.

Na Luz, a estrutura social e a estrutura espacial articulavam-se num todo, como num triângulo equilátero (casa, comunidade, aldeia). No caso da aldeia da Luz, a organização espacial, em consequência da construção da barragem de Alqueva, foi alvo de um projecto de construção num novo local. As modificações introduzidas nesta nova organização espacial provocaram uma desestabilização e uma volubilidade na população residente da Luz. Por um lado, o que estava em causa é o apego aos bens que a população foi acumulando ao longo de uma vida de

trabalho; por outro, o receio de uma certa uniformização social com base na habitação (visto que todos eles ficam com casas novas). Tratam-se de dois aspectos que fazem deste processo de ‘mudança’ um caso “inédito” e “inovador”.

Esta ‘mudança’, não é apenas uma simples mudança física de uma casa para uma nova casa, de um local para um outro local. Existem aspectos sócio-culturais, simbólicos e identitários que estão inerentes a toda a população residente. A construção da barragem de Alqueva desempenha o papel de pivot em todo este processo de ‘mudança’. Isto significa que a barragem de Alqueva constitui o "detonador" de toda esta problemática.

### *A Territorialidade Local*

A área sócio-espacial traduziu-se no quotidiano da Luz, como uma relação de enervamento, uma relação de tensão entre os próprios habitantes (tanto vizinhos como familiares) como entre a população e os elementos externos à comunidade. De um lado, os elementos do espaço, que caracterizam a realidade rural, traduzindo-se nas construções arquitectónicas; do outro, surge o elemento social, que se manifesta pelas marcas, sinais gravados ou traçados no espaço. Assim a Luz, enquanto espaço social construído, constitui tanto um espaço construído, como um lugar onde um conjunto de indivíduos habita o mesmo espaço.

O homem com o decorrer dos tempos vai humanizando o meio que o rodeia. A esta humanização da natureza dá-se o nome de espaço social, isto é, o espaço tem sofrido a acção do homem de forma a torná-lo mais sociável, tem sido moldado de acordo com o tempo e segundo as necessidades<sup>1</sup>. O espaço reúne os homens numa rede comum, de hábitos e de costumes, num sistema sócio-cultural

complexo de solidariedade, ou seja, o espaço como e enquanto construção simbólica e cultural.

O largo, a rua, é um espaço de vivência colectiva onde a determinadas horas do dia todos se encontram. A rua na Luz enquanto espaço de sociabilidade, ou seja, centro da vida social, é intensamente utilizada pelos residentes sendo um dos fortes referentes identitários. Deste modo, «(...) as atitudes relativas ao tempo passado de uma sociedade estão profundamente ligadas às atitudes relativas ao espaço social e à ordem social» (Pina-Cabral, 1989:269). Esta territorialidade, revelada pela vivência local, não é mais do que o corolário das práticas quotidianas, onde o espaço é apropriado pelas formas de uso. Assim, o conceito de espaço social refere-se às inter-relações sociais, ou seja, a todo o sistema de relações que se desenvolvem num determinado espaço e que estão profundamente ligadas ao lugar, ao social e ao cultural. Normalmente, o espaço social é concebido de uma forma dicotómica, privado-público, interior-exterior, natural-construído, sacro-profano, centro-periferia. O espaço de pertença constitui o espaço com o qual o sujeito se identifica e assume como seu.

A aldeia da Luz pode ser entendida «como um território de vida social, real e imaginária, entre a realidade e a sua representação» (Bourdieu, 1989:113). Deste modo, o território enquanto «elemento estruturante pressupõe uma visão dos espaços locais não já como espaços funcionais mas como espaços territoriais, isto é, como conjuntos estruturados e complexos assentes em relações reticulares e em modos próprios de comunicação e sociabilidade» (Marques, 1998:16). Logo, o território «é uma realidade construída “na medida em que incorpora capital”. Esse capital pode assumir formas diversas que se materializam em construções concretas tais como prédios,

---

<sup>1</sup> - A este respeito António Teixeira Fernandes afirma que «a vida humana desenrola-se no quadro de coordenadas espaço-temporais. Se não existe sociedade sem história, também não

arruamentos ou pontes»<sup>2</sup> (Marques, 1998:13-5). «Se o capital estrutura o território, há também que considerar que a especificidade deste último lhe garante a capacidade de estruturar o próprio capital (...) passamos do domínio da capitalização do território para o âmbito da territorialização do capital» (Ferreira, 1986:26-32).

Deste modo, «o território é uma forma de a cultura estruturar a sua relação com os objectos (com a materialidade) e as representações do espaço são, enquanto configuração simbólica, um dos meios de constituição desse mesmo território» (Silvano, 1997:11). Isto significa que o território enquanto espaço de vida de uma comunidade é um *puzzle espacial*, onde estão sempre presentes as redes de sociabilidade. A noção de território constitui o repositório de um domínio de valores que se estruturam a partir do universo do simbólico. Assim, o território é uma projecção da dimensão económica na/da comunidade.

#### *Identities Sócio-Culturais – O Processo de Identização Habitacional*

A identidade social constitui um processo, «define-se através de materialidades e subjectividades enquanto compostos ideológicos, cognitivos e afectivos, observáveis a partir da adesão diferenciada a conjuntos de práticas e a configurações de valores, normas e papéis tomados por unitários» (Ferreira e Guerra, 1993:301). «Deste modo, a produção de identidades sociais obriga a dois processos. Um que se pode chamar de processo de identificação, no qual os actores sociais se integram em conjuntos mais vastos, de pertença ou de referência; o outro, o processo de identização, no qual os indivíduos tendem a automatizar-se e a

---

há espaço sem marcas do tempo» (Fernandes, 1992:61).

<sup>2</sup> - Diga-se a este respeito que Simone das Neves Marques chama a atenção para o facto que «se o território constitui uma realidade construída, implica que se atribua ao território uma dimensão específica em termos conceptuais, a qual permite identificá-lo, não apenas como uma base de construções concretas, mas como uma forma social específica, cuja lógica de funcionamento decorre da lógica desse capital» (Marques, 1998:13).

diferenciar-se socialmente, estabelecendo as relações, as distâncias e as fronteiras com os outros» (Pinto, 1991:219).

A identidade é o resultado de um fenómeno que deriva da dialéctica entre o indivíduo e a sociedade. A identidade é socialmente construída e reconstruída pela acção social. Nesta relação intergrupos, temos que ter em conta *o modo de estar*, cujo sentido é delimitado pelas fronteiras espaciais e temporais de um contexto intergrupar específico e *o modo de ser*, enquanto universo simbólico-ideológico, onde se encontram os próprios elementos da construção de uma representação de si.

As casas fazem parte da estrutura territorial da Luz, dos modos de vida destas famílias, que ao longo dos anos, de gerações, foram consolidando a sua relação com a habitação. Contudo, outros elementos da configuração espacial remetem-nos para a história e memória da comunidade. Entre eles podíamos destacar a Igreja de N. S<sup>a</sup>. da Luz, o Largo 25 de Abril e o Lavadouro. A Festa funciona como um elemento que reúne toda a população da Luz, desaparecendo arrelias, diferenciações e desigualdades, funcionando como uma ligação à história da origem da fundação da aldeia. A comunidade «revê-se e elege-a como o momento mais alto da sua identidade colectiva»<sup>3</sup> (Ramos, 1997:89). A Procissão, que se realiza anualmente no primeiro Domingo de Setembro, percorre(ia) os principais eixos da aldeia, numa apropriação e sacralização do espaço. A Festa reforça a identidade espacial da Luz. Só assim se perceberá, que a forma como os residentes se pronunciam, seja através de um discurso espacial.

Associado ao conceito de identidade social, encontra-se a noção de memória. O património e a memória colectiva, a par das relações com o outro, participam na criação de categorias

---

<sup>3</sup> - Diga-se a este respeito que Marc Augé distingue a identidade em «identidade partilhada (pelo conjunto de um grupo), da identidade particular (de tal grupo ou de tal indivíduo face aos outros) e da identidade singular (do indivíduo ou do grupo de indivíduos enquanto diferentes de todos os outros)» (Augé, 1994:57).

identitárias. A memória colectiva baseia-se «usualmente em marcas físicas do espaço de existência social de determinados conjuntos populacionais» (Costa, 1999:47). Um dos *locais de produção da memória* na Luz, para além taberna/cafés, é o Largo, onde *os proprietários da sombra* (Ramos, 1997) vão narrando a história (ou a estória). O Largo era/é porventura o espaço de sociabilidade por excelência. Ele possui(ia) um valor simbólico, social e funcional para todos os seus *proprietários*. Assim, o Largo constitui(ia) uma teia de sociabilidade e uma rede de inter-conhecimento, onde a memória se vai sedimentando.

A habitação, em sentido lato, surge assim como uma das dimensões, através das quais, os elementos constituintes da aldeia (a população residente) se “posicionam” unsem relação aos outros. Se muitas vezes identificamos a posição social de um indivíduo, através do carro que possui, do emprego, do ordenado ou do seu estilo de vida, os habitantes da Luz, fizeram-no através da casa. Contudo, não se pode tentar compreender a casa como uma construção estática. Sendo ela um produto cultural, está sujeita a modificações por influência de factores externos. Assim, a habitação, deve ser apreendida enquanto um produto que está lentamente em evolução, tendo como base certos elementos primordiais. Muitas vezes, as modificações colocadas nas habitações constituem uma melhoria substancial na “*qualidade*” da construção, traduzindo-se num ajustamento económico, estético e social às novas circunstâncias e a um novo contexto. No entanto, falar de habitação, como forma de diferenciação social, não é algo que se possa fazer de uma forma linear já que, também aqui, entram em consideração várias dimensões que jogam entre si. Assim, o valor, no sentido económico, de uma casa, o prestígio associado à sua localização e mesmo a história familiar estão inter-relacionadas. Isto significa, que a habitação permite unir, agrupar

e criar uma coesão entre as pessoas, mas também permite separar e distingui-las, sendo o principal factor de diferenciação social.

A casa é por excelência um território para a realização individual e familiar. Constitui um espaço onde se *aglutinam* uma grande diversidade de dimensões sociais, desde o lazer, trabalho, convívio familiar até ao estabelecimento de relações sociais em prol de uma vida comunitária. A casa é um campo privilegiado de representações simbólicas, constitui uma linguagem sobre a concepção que uma sociedade faz da sua própria organização. Todo este simbolismo é uma resposta à necessidade de interiorizar o espaço, de o dominar, integrando-o no sistema de cultura, de instaurar entre os diferentes quadros de vida uma unidade agradável.

A casa na Luz possui uma apropriação marcadamente simbólica. Esta simbologia revela-se no investimento, tanto material como afectivo, depositado nas casas, pelo valor simbólico que está associado às habitações e por uma sobreposição do valor simbólico ao valor de uso. Uma viúva dizia-me *«tudo o que tenho aqui foi feito com o suor dele»*. Os habitantes construíram as habitações como um espaço individualizado, fortemente demarcado face ao exterior. Isto significa, que as habitações são um projecto que estrutura todo o modo de vida, onde encontramos um significativo investimento simbólico e afectivo. Um habitante dizia-me que *«a casa para ele era como se fosse uma filha: construi-la desde a raiz e foi crescendo aos poucos e poucos»*. Outro confessava-me que não gostava da sua nova casa e da aldeia. Quando questionado sobre o porquê deste desagrado, explicou-me que ao contrário da sua nova casa na antiga *«o telhado é coberto por telha de barro vermelho, o seu interior forrado com canas sobrepostas o que tem a vantagem de isolar a casa no verão, tornando-a fresca e agradável»*. A população residente da Luz, apreende a habitação como *um lugar de ser* (lugar da memória) e

não *um lugar de estar*, ou seja, um lugar de passagem, sem interior e sem mistério de uma identidade que integra e inclui uma componente afectiva (o espaço onde os actores sociais se reconhecem). A maioria das casas na Luz é de um só piso. As poucas habitações que não são térreas serão ao total cerca de uma dúzia.

Quando se aborda a problemática da habitação, é preciso ter em conta todos os seus componentes, desde a sua vivência até à imagem construída pela comunidade, seja a imagem do presente ou a do passado. Muitas vezes, a habitação é a projecção da estrutura dos grupos sociais e também das hierarquias de poder e de autoridade. A casa assume um papel de extrema importância para a população residente da Luz. Para compreender a problemática da habitação versus ‘mudança’, torna-se obrigatório ter em conta os valores culturais, as normas sociais, as identidades pessoais e sociais dos residentes, ou seja, é necessário entender a habitação enquanto um elemento que intervém no processo das regras sociais e das relações de sociabilidade, mas ao mesmo tempo, possui um valor de uso, de apropriação e de identidade. Assim, as casas são um espelho da adaptação do homem ao meio geográfico, humano, histórico e cultural. Os habitantes da Luz foram fazendo sucessivos investimentos nas suas habitações, tantos investimentos afectivos como materiais, o que provocou uma transformação dos espaços, remetendo-os agora, em muitos aspectos para o campo do simbólico.

Podemos considerar que na Luz, existe uma tipologia de casa com três modelos habitacionais. Todos os modelos têm uma característica em comum, que é a ruralidade da habitação, ou seja, revelam uma estreita ligação à terra. Nas mais antigas, temos *a casa de tipo rural* e *a casa de tipo urbano*. Na primeira, a casa tem um beiral duplo e por vezes com chaminés rendilhadas e com elementos decorativos. São casas de um só piso, casas térreas, com



recurso aos materiais locais e onde, normalmente, a casa de banho está instalada num canto dos anexos para a lavoura.

A *casa de tipo urbano* mantém algumas características da casa rural, como por exemplo, as fachadas normalmente alinhadas com a rua, encostadas às vizinhas e de vãos altos. Algumas das transformações introduzidas revelam uma mudança de estatuto social: nestas casas, as divisões são maiores e menos numerosas, incluindo já sala de jantar e sala de estar. A chamada *casa de fora* foi substituída por um corredor, funcionando como um espaço intermédio entre o privado e o público, como um espaço de recepção e de circulação. Há um cuidado especial com a fachada, passando a possuir um maior número de janelas e mais amplas e as habitações passam a ter lajes de betão.

Mais recentemente, surgiram a *casa de tipo emigrante*. No interior, prevalece o recurso sistemático a novos materiais, a materiais industriais, havendo uma forte influência de uma linguagem urbana. Estes sinais de urbanidade traduzem-se no reforço de alguns elementos das casas de tipo urbano, como por exemplo, a introdução de uma sala de visitas e pelo facto de os quartos serem mais amplos. Em alguns casos, há o afastamento da casa em relação à rua, passando a existir um pátio. Muitas vezes, este pátio funciona como um espaço intermédio, um espaço de passagem entre o exterior e o interior. A grande diferença que distingue a *casa de tipo emigrante* da *casa de tipo urbano* é, sobretudo, o tratamento da fachada, introduzindo uma nova linguagem decorativa recorrendo a materiais “modernos” (industriais). A fachada da casa passa a ser recortada, deixando de ser lisa, a tinta substitui a cal e utiliza-se uma maior variedade de materiais. Estas casas são uma combinação de vários modelos, desde o tradicional ao moderno, do rural ao urbano, do nacional ao estrangeiro, estando retratado nelas a trajectória da vida do

emigrante. Pode-se dizer que a estadia fora da aldeia natal provocou uma maior ruptura com a ruralidade.

*Nota Final: A Aldeia em ‘Mudança’*

Na aldeia da Luz há uma forte identidade local. Mas uma identidade que tem como base uma heterogeneidade social, constituída por uma população não-agrícola mas com características rurais. Daí estarmos perante uma comunidade rural que reivindica habitações de carácter rural, ao contrário do que afirmaram alguns informantes privilegiados, e não as que lhes impuseram numa primeira fase de cariz urbano.

Os luzenses têm sido confrontados com um cenário de ‘mudança’ demasiadamente longo. A população residente da Luz foi confrontada com um novo cenário residencial, que dependendo de caso para caso, foi de encontro ou não às suas necessidades e anseios. Este novo cenário, esta ‘mudança’ obrigou os residentes a uma reestruturação dos seus modos de vida, uma adaptação a uma nova realidade física. A construção da barragem de Alqueva, para os residentes da aldeia da Luz, provocou uma ‘mudança’ no cenário habitacional com a consequente reestruturação dos seus modos de vida. As redes de sociabilidade entre vizinhos são muitos importantes para esta comunidade, constituindo redes de suporte e de acompanhamento. Se como vimos o espaço constitui um elemento fundamental na organização do conjunto social, não sendo um elemento passivo, então ao agirmos sobre o espaço também estamos a actuar sobre o social. O fundamental teria sido saber o que os proprietários desejavam para viver durante um período de tempo limitado, mas antes de se ter projectado e iniciado a edificação dos novos prédios urbanos.

As casas da Luz são o resultado de gerações de aperfeiçoamentos e adaptações ao meio, tendo como garantia da sua

qualidade, anos de vivência e de experiência. As habitações constituem um elemento com significado e ao mesmo tempo significativo, são construídas a partir dos valores culturais e dos mapas mentais dos residentes. Dessa experiência resultou a adaptação da casa às necessidades dos proprietários. As actuais casas deviam reflectir o modo como os luzenses se relacionam com o espaço residencial, deviam de ir ao encontro das necessidades individuais e dos desejos da população. As pessoas, num processo de ‘mudança’, para além de estarem a gerir dados concretos, estão também a gerir expectativas, criadas tanto pelos próprios como por terceiros. A forma como todo o processo de ‘mudança’ da Luz para a *Nova Luz* ocorreu só é explicada por uma tentativa de urbanização do campo, enquanto ‘mudança’ dos modelos de referência e das práticas socio-espaciais de origem rural.

Os habitantes da Luz, por terem consciência do que estava em causa, da ameaça que os atormentou nos últimos anos, reivindicaram com firmeza a resolução dos seus problemas, sobretudo de carácter individual. Os espaços colectivos, os espaços públicos, os espaços da comunidade não foram alvo de uma reivindicação tão feroz e aberta. Muitas das exigências dos residentes, nas suas novas habitações, podemos situá-las ao nível dos elementos referentes às identidades espaciais e sócio-culturais. Alguns dos residentes confidenciavam-me que vão estranhar a largura das ruas, os novos espaços diferentes, o novo local, o nascer e o pôr-do-sol. Isto significa que o grande medo deles é a perda da sociabilidade local, «*porque já ouvimos outros locais*», e a perda da funcionalidade das habitações. Após ano e meio de vivência na *Nova Luz*, a mudança está a tornar a casa numa concha, sobre a qual os residentes se fecham, modificando as lógicas e os processos de relacionamento das famílias, entre vizinhos e com o espaço, alterando toda a vida comunitária. Apesar de as obras nas residências ainda continuarem (assistimos hoje a uma

personalização e distinção das casas), o novo modo de espacialização da Luz caracteriza-se por ser um espaço homogéneo, interior e fechado. O que se tentou, fazer foi simplesmente uma deslocação dos residentes, fazendo unicamente uma relocalização da aldeia com os seus respectivos habitantes, descorando a dimensão social e a identidade local. A aldeia da Luz é o resultado de técnicas de planeamento uniformizantes, distantes das especificidades locais. O espaço foi tratado como qualquer coisa vazia, onde os espaços de representação foram esquecidos. A espacialização sendo uma característica universal, é ao mesmo tempo uma particularidade de cada sistema social. Deste modo, pode-se afirmar que na Luz houve como que uma espécie de "determinismo físico" em detrimento do social, isto é, são as pessoas que se adaptam ao meio, que são obrigadas a ir de encontro ao meio, às habitações. Assim, tratou-se sobretudo de uma questão arquitectónica e urbanística, não se acautelando outros problemas de ordem sócio-espacial. Em todo o processo, prevaleceu uma visão de soberania dos arquitectos em relação ao projecto da *Nova Luz*, ou seja, imperou por parte dos projectistas um modelo demasiadamente racional, uma visão doutrinária, um modelo lógico, procurando sempre uma tipificação de todas as situações com o fim da racionalização do projecto.

Contudo, convém referir que um factor importante das causas do insucesso é a forma como se prepara a intervenção em termos espaciais. As soluções afastadas ou isoladas do contexto local são situações que acumulam um imenso potencial de fracasso. A 'mudança' limitou-se a uma simples relocalização da aldeia e da comunidade. Para alguns residentes houve injustiça, nem todos foram tratados de igual maneira, não havendo uma imparcialidade. A juntar a todos estes factos, por vezes, ocorreu uma falta de informação suficientemente legível, ou seja, a informação transmitida aos residentes era demasiadamente elaborada e técnica,

faltando-lhes assertividade. Este comportamento social, que esteve ausente em toda a ‘mudança’, não é mais do que um conjunto de habilidades, respostas e estratégias de respostas aos residentes e ao meio social em que está inserido. De acordo com a noção de espaço de Foucault, a aldeia da Luz é uma utopia, isto é, constitui um espaço inexistente, contraditório. Estamos perante uma realidade rural virtual, ou seja, os residentes têm unicamente uma representação cenográfica do rural.

### *Bibliografia*

\_ AUGÉ, Marc, Não-Lugares – Introdução a uma Metodologia da Sobremodernidade, Venda Nova, Bertrand Editora, 1994 [1992], 125 p., tradução de Lúcia Mucznik.

\_BOURDIEU, Pierre, O Poder Simbólico, s.l., Difel, 1989, 311 p., tradução de Fernando Tomaz.

\_COSTA, António Firmino da, «Espaços Urbanos e Espaços Rurais: Um Xadrez em Dois Tabuleiros», *Análise Social*, XXI, 87-88-89, 1985, p. 735-56.

Sociedade de Bairro – Dinâmicas Sociais da Identidade Social, Oeiras, Celta Editora, 1999, 539 p.

\_CUTILEIRO, José, Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa), 1ª edição, s.l., Livraria Sá da Costa Editora, 1977, 433 p., tradução de J. L. Duarte Peixoto.

\_FERREIRA, Vítor Matias e GUERRA, Isabel, «Identidades Sociais e Estratégias Locais», *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, 1993, p. 299-319.

\_FERREIRA, Vítor Matias, «O Processo de Metropolização de Lisboa – Estruturação Territorial e Ordenamento Urbano», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 1, 1986, p. 21-54.

\_GAMA, António, «Urbanização Difusa e Territorialidade Local», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 1992, p. 161-72.

\_MARQUES, Simone das Neves, *Da Rede Urbana aos Sistemas Locais de Territorialização – O Caso da Aglomeração Leiria-Marinha Grande*, Lisboa, 1998, 182 p., Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre em Sociologia, Mestrado de Sociologia do Território, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.

\_OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e Galhano, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, 3ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998 [1992], 374 p., 24.

\_O' NEILL, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros – Desigualdade Social num Aldeia Transmontana, 1870-1978*, 1ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984, 461 p., 7.

\_PINA-CABRAL, João de, *Filhos de Adão, Filhas de Eva – A Visão do Mundo Camponesa no Alto Minho*, 1ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989 [1986], 304 p., 19, tradução de Paulo Valverde.

\_PINTO, José Madureira, «Considerações sobre a Produção Social de Identidade», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, 1991, p. 217–31.

\_RAMOS, Francisco Martins, *Os Proprietários da Sombra – Vila Velha Revisitada*, Lisboa, Universidade Aberta, 1997, 277 p., 15.

\_SILVANO, Filomena, *Territórios da Identidade – Representações do Espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*, Oeiras, Celta Editora, 1997, 187 p.

\_SOBRAL, José Manuel, «Memória e Identidades Sociais – Dados de um Estudo de Caso num Espaço Rural», *Análise Social*, XXX, 131–32, 1995, p. 289–313.